



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DE DISTINTAS REPRESENTAÇÕES E TERRITORIALIDADES¹

Marcileia Oliveira Bispo²

Resumo: A educação ambiental é uma prática pedagógica desenvolvida na educação formal, ou seja, é a aplicação da dimensão ambiental no cotidiano escolar. Observamos atualmente a multiplicidade de pesquisas que buscam constituir a educação ambiental como um campo de possibilidades de construção de um novo jeito de produzir conhecimento, um novo jeito de pensar sobre a realidade. O presente estudo, nesse contexto, enfatiza as representações construídas por determinados grupos que podem contribuir para a prática da educação ambiental nas escolas públicas. O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Ilha do Bananal e entorno – Tocantins, especificadamente nos municípios de Pium, Cristalândia, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. O principal objetivo do trabalho foi analisar como os sujeitos que residem na Ilha do Bananal e no seu entorno – estado do Tocantins – se relacionam com este espaço e constroem territorialidades, visando entender as representações construídas pelos colaboradores da investigação sobre a Ilha do Bananal, e de que forma este conhecimento pode contribuir para a prática da educação ambiental nas escolas públicas do entorno da Ilha.

Palavras-chave – Educação Ambiental, Representações, Territorialidades

Abstract: The environmental education is an educational practical developed in the formal education of environmental dimension in the daily social. We observe nowadays the multiplicity of resources what goes get to constitute, a new way to produce knowledge a new way to think about the reality. Therefore, the present study emphasize the representations, built for determined groups and that can

¹ O presente artigo é um recorte, fruto de um trabalho maior que foi uma tese de Doutorado defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambiental - IESA-UFG, GO.

² Doutorando do Programa de pesquisa e Pós-graduação IESA/UFG - GOIÂNIA e pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos, regionais e Agrários - NURBA /UFT-Tocantins

contribute for a practice of a environmental education in the public schools. The place chosen for development of resource was Bananal Island and outskirts – TO, especially in the city hall Pium, Cristalândia, Confusion Lake and Formoso do Araguaia. The main objective of the study was to analyze as the guys which live in the Bananal Island and outskirts – TO relate with this place and construct territorialities, aiming to understand the representations constructe by colaboraters of investigation about Bananal Island and that forms this knowledge can contribute for the practice he environmental education in the public schools of outskirts of Island.

Key words: Environmental Education – Representations –Territorialities

Introdução

A escola é considerada um dos espaços em que a produção e a reflexão de conhecimentos através da coletividade acontecem de forma que a perspectiva ambiental pode ser um dos eixos para construção de significados que, por sua vez, possam levar ao diálogo sobre a temática ambiental. Por outro lado, é necessário compreender que os problemas ambientais não podem ser resolvidos ou compreendidos sob uma única dimensão.

Portanto, o artigo aqui apresentado, é um relato de viagem realizado por um caminho teórico metodológico, com diversos instrumentos, dialogando com autores de várias áreas e pela narração dos sujeitos da pesquisa, fundamentalmente dos professores e professoras, considerados sujeitos do seu processo de formação.

Na investigação deu-se ênfase ao entendimento das categorias geográficas território e territorialidade para a promoção de uma EA formal que preze a complexidade ambiental a partir dos diferentes espaços apropriados, aqui, o território. A intenção da pesquisa, portanto, foi analisar como os sujeitos, que residem na Ilha do Bananal e no seu entorno – TO, se relacionam com este espaço e constroem territorialidades, visando entender as representações construídas pelos colaboradores desta investigação sobre a Ilha do Bananal, e de que forma este conhecimento pode contribuir para a prática da EA nas escolas públicas do entorno da Ilha, a partir da formação de professores e professoras em exercício.

Ao se colocar o território como categoria central no trabalho e a noção de territorialidade, isso foi feito na perspectiva de o entendermos como o lócus onde atuam vários sujeitos, sendo realizadas ali as materializações das ações desses sujeitos. Assim, o “território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da história humana de cada país e constitui pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual (SANTOS, SILVEIRA,2001,p 20) além de ser, conforme Bonnemaïson (2002, p. 102) criado

pela cultura “e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica entre cultura e espaço”.

Embasados neste entendimento de território, a noção de territorialidade pela qual perpassou a pesquisa está centrada na perspectiva de que é

(...) a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, ao mesmo tempo, a relação com o espaço estrangeiro”. Ela inclui o que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o “espaço”. (BONNEMAISOM, 2002, p. 107).

O presente artigo foi estruturado em três momentos. Delinearam-se para início de conversa na primeira parte os cenários da pesquisa, retratando a identificação e caracterização do espaço geográfico e local da pesquisa, os sujeitos sociais e os referenciais teórico-metodológicos da investigação. Na segunda parte as representações, o território, as territorialidades e os conflitos que surgiram na investigação e na terceira parte, é apresentada a relação entre educação e EA, e apresentam-se ainda, a ação pedagógica dos professores da pesquisa e as possibilidades de uma EA a partir das representações e das territorialidades com estratégias de ação.

Cenários – O território, sujeitos sociais e a pesquisa

A pesquisa foi realizada na Ilha do Bananal – TO e no seu entorno, especificadamente os municípios de Lagoa da Confusão, Cristalândia, Formoso do Araguaia e Pium.

A Ilha do Bananal está situada a sudoeste do estado do Tocantins nas divisas com os estados de Mato Grosso, Pará e Goiás, cabendo sua jurisdição ao Estado do Tocantins, e possui uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares, sendo considerada a maior ilha fluvial do mundo. No interior da Ilha do Bananal há mais de 400 anos já residiam povos indígenas das etnias Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro. “A Ilha do Bananal é chamada ynÿ Lona (o lugar de onde surgiram os iny) ou ijata olona, o lugar onde surgiram as bananas pelos indígenas” (MENDONÇA, 1993). Atualmente a Ilha do Bananal encontra-se dividida em Parque Nacional do Araguaia ao norte, correspondendo $\frac{1}{4}$ da Ilha, e em Terra Indígena (TI) do Araguaia, ao sul – $\frac{3}{4}$ de área, sendo que o período transcorrido entre a criação do parque, em 1959, e o reconhecimento da terra indígena, em 1971, foi marcado por conflitos entre FUNAI e IBAMA em função da demarcação do território.

Os colaboradores da pesquisa foram: (i) os professores e professoras do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e que desenvolvem a EA, em escolas públicas estaduais das cidades de Cristalândia, Lagoa da Confusão, Pium e Formoso do Araguaia; (ii) os indígenas da etnia Javaé; (iii) os produtores do entorno da Ilha do Bananal; (iv) os ex-retireiros, posseiros e fazendeiros da Ilha do Bananal; (v) os analistas ambientais do Parque Nacional do Araguaia. Além desses, diante das investigações, fez-se necessário entrevistar o administrador regional da FUNAI localizada na cidade de Gurupi-Tocantins, os responsáveis pelo Departamento de EA da Secretaria de Educação Estadual do Tocantins (SEDUC-TO).

A preocupação fundamental foi a compreensão das capilaridades nas representações sobre a Ilha do Bananal e a compreensão de que as territorialidades dos sujeitos da pesquisa constroem diferentes perspectivas para a prática da EA. Iniciamos pelos professores e professoras, que totalizaram 14 (quatorze) entrevistados envolvendo os quatro municípios já citados.

Com relação aos povos indígenas, entrevistamos os Javaé, que estão distribuídos em 13 aldeias na Ilha do Bananal. Destas, 4 foram visitadas. Os Javaé são um dos três subgrupos em que se dividem os índios Karajá. Os outros dois são os Karajá propriamente ditos e os Xambioá. A palavra Javaé, provavelmente de origem tupi-guarani, não pertence à língua falada por eles, Iny. A autodenominação geral dos três subgrupos quer dizer "gente", "ser humano", mas os Javaé e os Karajá também se autodenominam Itya Mahãdu, "o Povo do Meio". Ao todo foram entrevistados 15 indígenas.

Os fazendeiros, também atores desta pesquisa, corresponderam àqueles que mandavam o gado para a Ilha do Bananal, no período da seca ou no período de verão, o que regionalmente refere-se a meados do mês de maio até o fim de setembro. Destes fazendeiros, alguns possuíam retiros na Ilha do Bananal ou enviavam seu gado a pessoas que já moravam na ilha e tinham lá seu pedaço de terra, os retireiros.

Os retireiros, também foram entrevistados, e são assim chamados por residirem em casas chamadas de retiros, eram os moradores dentro da ilha que cuidavam do gado dos fazendeiros, entrevistamos 11.

Ainda no entorno da ilha temos os produtores, que plantam na área Vale do Javaé, no modelo do agronegócio, foram 8 ao todo, dos quais foram colhidos os depoimentos pessoais. E ainda entrevistados os analistas ambientais que atuam atualmente no Parque

Nacional do Araguaia, servidores do ICMbio, foram dois e o chefe da FUNAI regional em Gurupi–TO.

O ponto inicial para se delinear os conflitos e territorialidades dos sujeitos pesquisados sobre a Ilha do Bananal e entorno–TO foi dado pela representação dos mesmos sobre a própria Ilha. Assim, o quadro teórico para o entendimento das territorialidades e dos conflitos foi organizado pelo entendimento das representações, fundamentado, sobretudo, na perspectiva de Moscovici (1978) e Lefebvre (1983).

A proposta da investigação foi de natureza qualitativa, e buscou o nível descritivo e explicativo dos fatos, na tentativa de descrever e entender as origens dos mesmos. Foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica, da análise documental, das observações e da pesquisa de campo, sendo utilizados como instrumentos: a entrevista semiestruturada, os depoimentos pessoais, o caderno de campo e fotografias.

Olhares e tramas - representações, território, territorialidade e conflitos

O entendimento sobre as representações foi o fio condutor deste trabalho. Almejamos captar como determinados grupos (professores, fazendeiros, ex-retteiros, indígenas, produtores) concebem o território da Ilha do Bananal e entorno- To e, a partir daí, como isso se expressa por meio das práticas das territorialidades desses grupos.

A teoria das representações sociais tem sido estudada nos vários ramos das ciências, seja social, humana, psicológica, sendo, então, um estudo multidimensional e que em algum momento acaba convergindo em alguns aspectos. Vejamos segundo Gil Filho (2005, p.55-56) pesquisas em representações sociais: I) A representação social é sempre de algo ou alguém, manifestando, assim, aspectos tanto do sujeito como do objeto. II) “A representação social tem como objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações)”. Especificamente é a expressão do sujeito além de uma perspectiva cognitivista, porque integra a análise das determinantes sociais e culturais. III) É sempre considerada uma forma de conhecimento. IV) É um saber prático erigido da experiência contextualizada.

Decorrente dessas premissas, podemos afirmar que por meio das representações o indivíduo é produtor da realidade e que está imbricado num processo coletivo de elaboração e difusão. As representações sociais, portanto, são um caminho para a realidade e põem em evidência as construções simbólicas, afetivas, sociais e cognitivas, não apenas do indivíduo,

mas também do social, uma vez que não ficam apenas no individual, mas são compartilhadas nos grupos.

Na análise das representações dos professores sobre a Ilha do Bananal, apresentam-se visões estritamente conservadoras e visões mais críticas, ainda que prevaleçam concepções conservadoras e que haja intenções de se incorporar uma visão homogeneizadora no entorno dessas concepções conservadoras. As representações dos professores sobre a ilha foram: ambiente a ser preservado santuário ecológico, como ecossistema, pedaço de sua vida, como um recurso para trabalhar educação ambiental.

Com relação aos indígenas, eles assim representam a Ilha do Bananal: como a casa dos Javaé, o lugar onde se vive, a casa indígena que foi demarcada pelo governo, como o lugar de índio, o lugar de sobrevivência dos povos Javaé, é o lugar da morada, mas que precisa de estrutura. Aqui as representações construídas por este grupo social são formas concretas não idealizadas, mas sim expressas por meio de seu próprio espaço vivido. Estas representações estão impregnadas de valores, de crenças, de sentido de pertencimento.

Os fazendeiros que possuíam gado na ilha do Bananal e de lá se retiraram por força da lei, também disputavam este território. Notamos por meio das falas que a representação do território da Ilha do Bananal para os fazendeiros está referenciada em uma noção de território concebido numa relação estritamente capitalista.

As representações dos retireiros sobre a ilha expressam-se de várias formas. Nas falas, a ilha é representada enquanto espaço percebido e espaço de vivência e em outra nota-se a Ilha enquanto espaço de preservação. As dificuldades dentro da Ilha também aparecem nas representações dos retireiros, como exposto abaixo. Notamos ainda que essas representações se expressam de uma forma contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que é um lugar bom, de morada, é também um lugar de dificuldade.

Na análise das representações dos produtores, evidenciamos que suas falas sobre o do território em questão, buscam esconder a verdadeira representação para eles. Pois, pouco falam da ilha, e quando falam, a mesma representou para eles o sustento da família.

Em face do exposto sobre as representações da Ilha do Bananal dos sujeitos envolvidos nos referendamos em Almeida; Costa (1998, apud Magalhães; Barbosa, 2003, p. 174-175) que sinaliza que para o estudo das representações sociais, a concepção de grupo não se limita a um conjunto de indivíduos unidos pela interdependência ou por objetivos comuns,

mas se refere a um conjunto de indivíduos que mantêm determinada relação com o objeto de representação, seja porque ele é parte de sua existência, seja porque não tem como ignorá-la.

Segundo Lefebvre (1983), nas representações há um movimento de forças criativas e contraditórias, entre subjetivo e objetivo, entre o indivíduo e sociedade. Assim, a interpretação das representações dos grupos pesquisados aponta o que apresenta Serpa (2005, p. 225): “se os espaços de representação possuem os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos sociais, é certo que eles contêm e expressam também as lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio de estratégias pela concepção deste espaço”.

Entre as muitas representações construídas pelos pesquisados, vimos que as representações são também expressões dos conflitos, uma vez que as representações permitem a compreensão da lógica dos agentes, desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais, revelando os arranjos estabelecidos e refletidos em um dado espaço social e cultural. Evidenciamos que os atores sociais, na medida em que assumem posições diferentes em relação à concepção do território em questão, Ilha do Bananal, confirmam que não há um consenso a respeito.

Evidenciamos a importância da categoria território para o desenvolvimento de uma EA que entenda os diferentes espaços apropriados, ou seja, buscamos enfatizar o entendimento desta categoria geográfica, situando-a como necessária para entender as territorialidades e, a partir daí, pensarmos em uma EA que se faça com base no entendimento do território.

O território, uma das categorias da geografia, não é apenas um espaço estanque e delimitado; é também um espaço permeado de significações com simbologias próprias. É um conceito central para a Ciência Geográfica, mas não exclusivo, pois é conceito presente em outras ciências com diferenciados enfoques.

Face à relevância do contexto em que se insere o trabalho aqui apresentado e tendo por base o que assinala Almeida (2005, p.107), pode-se afirmar que onde há mudanças no espaço ocorrem “relações” e “modos de ver o território”, que são estabelecidos dentro dos processos de relacionamento social. Segundo Haesbaert (2004, p. 116), “a territorialidade ou a contextualização territorial é inerente à condição humana”, pois buscamos também entender ainda a concepção de território pensada a partir da prática simbólica.

Nesse contexto, Bourdieu (2003) nos mostra que o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado; esse processo de apropriação-territorialização enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos, sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma tipologia social.

A relação identidade-território tem no território da ilha do Bananal e entorno – TO o sentido de pertencimento dos indivíduos que vivem e concebem esse espaço. Esse sentimento de pertencimento se manifesta de várias formas, aqui expostas pelos discursos dos sujeitos pesquisados, evidenciando o enraizamento de uma trama complexa a respeito da produção desse espaço, a partir do simbólico, a partir do seu uso e das imagens e símbolos que o constituem e que criam as identidades.

Assim, a relação identidade-território-territorialidade é um processo em movimento que ao longo do tempo faz com que o indivíduo ou grupo tenha um sentimento de pertencimento com o seu espaço vivido. As premissas que nortearam o trabalho aqui apresentado sustentam-se na tese de que as situações que edificam territorialidades e uso do território possibilitam a construção de identidades que formam os territórios identitários, contribuindo para a elaboração de um programa para a EA formal.

Frente às representações e às territorialidades dos entrevistados, apontamos os conflitos decorrentes do emaranhado de territorialidades e uso do território, sabendo que o conflito não é algo dado, a priori; ele surge nas relações que são tecidas entre os seres humanos e envolvem os mais diversos interesses.

Na área em questão os seguintes conflitos foram verificados: área sobreposta entre Território Indígena e Parque Nacional e então como salvaguardar a área que é de proteção integral e ao mesmo tempo possibilitar que os indígenas usufruam dela?; Em paralelo a este processo, outro conflito verificado foi a criação de gado dentro da Ilha do Bananal; Um outro refere-se à distância dos empreendimentos agrícolas, no modelo de agronegócio, próximos aos territórios indígenas; Ainda, na área em questão e com base nos depoimentos e entrevistas refere-se ao fato de a ilha do Bananal ser uma zona úmida e estar dentro dos Sítios Ramsar, e estar próxima de uma área agrícola que produz, sobretudo, a partir da agricultura irrigada; e

por fim o impacto que as ipucas² vêm sofrendo com o processo da agricultura intensiva na região.

Assim, o uso do território em questão promove disputa de grupos que tentam manter a sua identidade, o que gera conflitos, associado às representações com diferentes significações que podem motivar, influenciar, modificar e justificar atos de resistência, defesa e reconhecimento, provocando novas territorialidades.

Possibilidades de uma educação ambiental a partir das representações e territorialidades

Em razão das complexidades das questões ambientais, a EA foi proposta para ser desenvolvida não apenas por uma área do conhecimento, mas por todas, não se constituindo como uma disciplina específica, sobretudo nos níveis curriculares da Educação Básica. Como anuncia Carvalho (2002, p.172-173), “da crítica ambiental à razão instrumental moderna decorrem as propostas para uma nova racionalidade, um novo saber prático e teórico que instaure um novo tipo de ação no mundo, transformando-o profundamente.”

O enfoque ambiental na educação significa uma retomada, uma religação entre as relações sociedade-natureza-cultura no processo educativo e, nesse sentido, um pensar do ser humano como sujeito que está em interrelação com os outros seres vivos, retomando o caminho que foi produzido pela racionalidade técnica no ensino formal, em que “a divisão do saber em compartimentos estanques tronou-se prática e necessária para atingir os objetivos educacionais de um sistema de ensino que nada mais é do que uma faceta de uma determinada visão de mundo, também fragmentada” (BRUGGER, 1999, p.36).

A EA, portanto, configura-se para nós como uma possibilidade de formação de atitudes para com ao meio ambiente. Reigota (1998) vê a educação ambiental como uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia.

Acredita-se que por meio da educação formal desenvolvida nas escolas mediante uma prática interdisciplinar é possível estabelecer inter-relação entre teoria e prática, porém, o

² São zonas de transição que apresentam uma variedade de fauna e flora endêmicas e abriga espécies vegetais típicas da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica em pleno bioma Cerrado.

que se observa, na maioria das vezes, é que a EA vem sendo proposta como uma solução mágica para a resolução dos problemas ambientais vigentes.

Isso, em grande parte, gera apenas um ativismo dos envolvidos com a mesma, com uma proposta preservacionista/conservacionista, sem de fato aprofundar a discussão sobre a realidade ambiental em que se está inserido e sem provocar mudanças éticas com relação ao ambiente e ao seres que nele convivem. (BISPO, 2005, p.12)

A EA já é uma realidade para os professores e professoras das escolas públicas e privadas em nosso país. A aplicação da dimensão ambiental no cotidiano escolar, segundo Guimarães (2004, p. 27), “é uma resposta às expectativas que a sociedade projeta sobre a escola”. Apesar de toda a proliferação de ações, nota-se que a EA ainda continua com um caráter sensibilizador e ingênuo de que só a mudança de comportamento é suficiente para resolver os dilemas ambientais. Com base nesse entendimento, apresentam-se a seguir alguns dados que apontam quais são as práticas pedagógicas dos professores e atores da pesquisa.

Todos os professores entrevistados disseram desenvolver EA nas suas aulas. Já quanto a descrever uma experiência da sua prática pedagógica, apresentaram mais procedimentos de como trabalham do que de fato uma experiência pedagógica. A seguir, são divididos estes procedimentos com relação ao nível de maior ou menor participação dos estudantes ou dos professores.

1. Procedimentos com atividades centradas no professor: vídeos e aulas expositivas.
2. Procedimentos com atividades centradas em uma maior participação do estudante: Aulas campo, pesquisas, debates, produção textual, painel
3. Procedimentos informais: Quando surge a oportunidade para falar do assunto, comentários a respeito das catástrofes ambientais e inserção das temáticas ambientais que vão surgindo nos meios de comunicação.

Três professores, no entanto, relataram que suas experiências na prática em EA ocorrem sempre que surge a oportunidade nos conteúdos e também de forma sistemática por meio de projetos desenvolvidos durante um semestre.

De uma análise dos temas frequentes na prática de EA fica evidente que a temática abordada em sala de aula, segundo os professores e professoras, ainda está em uma perspectiva naturalista e com uma visão apenas preservacionista. De um total de quatorze professores entrevistados, oito disseram abordar temas relacionados à ilha do Bananal e

entorno, porém, como mostraram as falas, o que mais é trabalhado é a referência aos indígenas na ilha do Bananal. Verifica-se aí que os conflitos no território, o sentimento de pertencimento das pessoas que moram neste território não são abordados, os impactos ambientais advindos da monocultura não são tocados, a existência de um parque nacional com área de preservação também não é citada.

Com relação a quem desenvolve os projetos na escola, em todas elas o responsável é o professor de Geografia, com uma participação mais efetiva dos professores de Ciências. Daí, esses professores apontam atividades dentro do projeto para que outros colegas possam desenvolver. Travassos (2004, p. 15) salienta que “uma visão da educação para o meio ambiente mais ampla deve passar pelos [...] currículos escolares e a preparação dos professores em geral, não apenas aqueles que estão ligados à Geografia.”

Todas as atividades realizadas nos projetos e que constam do Projeto Político Pedagógico das escolas, mostram que a maneira de conceber e praticar a EA ainda está centrada em perspectivas que predominam desde as primeiras décadas da introdução da EA e principalmente nas décadas de 1970 e 1980, ou seja, correntes naturalista, conservacionista e moral e um dos projetos dentro da corrente da ecoeducação, mais recente.

Assim, com base nas visitas às escolas, entrevistas e consultas aos documentos ficou visível que as práticas de EA continuam sendo atividades pontuais e ainda não houve citações dos conflitos ambientais locais ou regionais no que tange à realização da EA nas escolas.

Pensando na educação, sobretudo no desenvolvimento de uma EA na área da pesquisa, é que se pode dizer que no conhecimento das territorialidades é possível contribuir para a EA formal. Pois, como afirma Reigota (1994), a escola é o local privilegiado para a realização da Educação Ambiental – desde que se dê oportunidade à criatividade por meio de uma prática pedagógica que se realiza no cotidiano, a realidade próxima, assumindo a importância do pressuposto da Educação Ambiental no processo pedagógico, a partir da realidade de vida, do local, do cotidiano, na ação teórica prática, para construir uma compreensão complexa e integrada do ambiente em suas diferentes escalas (local, regional, nacional e global)

Em busca de uma tessitura que promova mudanças radicais que a EA traz, ao rever as finalidades da própria Educação coloca-se o desafio de mobilizar as representações sobre a

ilha do Bananal e, mais ainda, as territorialidades que foram expressas pelos colaboradores da pesquisa para que se possa sugerir estratégias de ação para a formação continuada em EA. De modo a situar uma EA que problematiza, experimentando viver a realidade em seus múltiplos aspectos, é que as propostas se efetivam por apresentar uma EA que busca soluções práticas, inicialmente em nível local, mas com possibilidades de expansão, assim sugerimos:

– Para o agir com EA junto à comunidade da Ilha do Bananal e entorno deve-se entender as relações, as preocupações, os conflitos e o modo de ser população do local. O que nos remete entender os problemas da própria formação das cidades pesquisadas e sua relação com a Ilha do Bananal, compreender as relações extras e intra da comunidade local e como as pessoas se percebem neste lugar. Assim, salienta-se a necessidade de se preocupar com os problemas de ordem ambiental e territorial, entendendo também que ao se partir em busca da ordem territorial o faz pelo seu conjunto de relações de poder, seja o político, o econômico ou o cultural e as relações simbólicas de pertencimento a este território específico. Assim, a prática pedagógica em EA aqui sugerida passa pelo contexto da análise territorial em que vive a comunidade pesquisada, ou seja, pelo lugar em que atua esta comunidade, com seus valores, sua identidade, suas necessidades, suas expectativas.

– Pode-se buscar a compreensão dos problemas socioambientais locais nos seus aspectos geográficos, históricos, biológicos e sociais, compreendendo sempre o ambiente como um todo. Para tanto, sugere-se o levantamento com os/as educandos/as, por meio de confecção de listagem, dos principais problemas ambientais locais, diagnosticando o grau de preocupação e esclarecimento dos mesmos. Diante dos conflitos apresentados na Ilha do Bananal, para a prática da EA no local, deve-se ter sempre em mente que o território pesquisado é território de vida dos sujeitos da pesquisa e por isso há uma relação de sentimento, pertencimento por parte de uns e de poder por parte de outros. Exemplo nesse sentido é atentar-se para entender que o agronegócio praticado neste território se dá através de uma lógica excludente, por isso, há que se pensar em construir possibilidades que se contraponham a essa lógica geradora de confronto entre a dinâmica do agronegócio e a preservação do ambiente.

- Elaborar esquemas de investigação e observação dos processos de formação e transformação dos territórios a partir dos processos históricos, da legislação ambiental, das técnicas incorporadas ao território, das relações sociais, das relações produtivas, das relações de trabalho, buscando as formas que aparecem no espaço geográfico a partir destas relações e pontuando as práticas dos diferentes agentes, bem como os resultados destas práticas, pois que

são profundas, provocam mudanças na organização e no próprio território vivido. Sugere-se, portanto, começar pelo local em que a escola está inserida, ou seja, o bairro. Desse modo, parte-se da escala local. Realiza-se um passeio pelo bairro para que os estudantes possam observar como a sociedade influencia na constituição do território, qual a identidade da comunidade. Depois, calha pedir aos estudantes que produzam desenhos sobre o bairro e a comunidade em que vivem, buscando destacar elementos como o território, a identidade, os problemas sociais, as desigualdades. Posteriormente, sugere-se realizar um debate pontuando os desenhos dos estudantes e elencando a relação do território, da identidade e do meio ambiente.

- Criar situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, buscando articular a escola com os ambientes locais e regionais onde estão inseridas, utilizando-se da história local.

-Identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas do lugar, comparando e analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornam concretas e vividas a realidade.

Nesse sentido, sinaliza-se que com base no que já foi evidenciado é preciso pensar em uma formação continuada em EA como projeto e processo educativo, com o desenvolvimento de atitudes e a ressignificação de valores, com estudos socioambientais, criação de materiais e, sobretudo, por meio da reflexão sobre a ação.

Considerações finais

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições de identidade, interligam-se, fundem-se relacional e (multitemporal e multiescalar) indissociável. Na relação espaço-território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro. (SAQUET, 2007, pg.158-159)

Nosso olhar para as representações dos sujeitos pesquisados buscou compreender a forma de pensar destes sujeitos sobre o território da ilha, dos atributos que caracterizavam os elementos de identidade com a ilha e entorno, a partir das territorialidades e da apropriação pelos elementos do poder e pelo simbólico. Conforme (GIL FILHO, 2005, p. 75) “a

representação é expressão concreta, quer por manifestação, quer por emanção de uma vontade incontida do aqui e agora, e não admite redução a nenhuma outra forma semelhante. A individuação da representação é expressa por meio de formas concretas mediadas pela linguagem”.

As representações sociais constituem uma forma de compreensão dos fenômenos do cotidiano, constituindo uma visão de mundo. Salienta-se também que as representações sociais têm estreita relação com o cotidiano e a realidade. Assim, as representações sobre a Ilha do Bananal se convertem em um profundo conhecimento da realidade expressas pelas práticas sociais.

Por isso, ao perseguir as representações, as territorialidades e a compreensão do território, entende-se que é preciso sair do discurso genérico da e na EA através de um trabalho que apresente, por exemplo, situações contextualizadas, como o conflito socioambiental do local. E nessa direção as representações sociais expressam as opiniões, os valores, as ideias que os indivíduos ou grupos desenvolvem ou constroem a cerca de objetos ou fenômenos.

As representações sobre a Ilha do Bananal refletem a percepção que os sujeitos possuem do ambiente ao qual pertencem e ainda estão atreladas à produção subjetivas do território para uns e produção capitalista do território para outros, mas que de certa forma possuíam referência nas relações afetivas, políticas e culturais do ambiente no qual estão inseridos. Para a área em questão, desenvolver práticas de EA que levem em consideração as territorialidades, as representações, os conflitos e as potencialidades regionais é fundamental para sair de uma EA ingênua.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de; A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

BISPO, Mariléia Oliveira. *Educação Ambiental e Meio Ambiente: As representações de professores e estudantes do ensino fundamental de Cristalândia – Tocantins*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, IESA/UFG, 2005.

BONNEMAISON, J. *Viagem em torno do território*. In: CORRÊA, Roberto Lobato;

ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (III)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002

- BOURDIEU, Pierre. O poder do Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRUGUER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? Florianópolis: SC, Letras Contemporâneas, 1999.
- CARVALHO, Izabel de Moura. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia cultural: Estrutura e Primado das Representações, In: Espaço e Cultura, nº 19-20, (Jan.-Dez.). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2005.
- GUIMARÃES, Mauro. A formação de Educadores Ambientais. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004
- LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de la representaciones. México: Fondo de Cultura Economica, 1983.
- MAGALHÃES, S. M. O.; BARBOSA, I.G. A representação social de psicólogo escolar em estudantes universitários. In: CAMPOS, P.H.F.; LOUREIRO, M.C.S., Representações Sociais e Práticas educativas. Goiânia, UCG, 2003.
- MENDONÇA, Patrícia. O Povo do meio. Tempo, Cosmo e Gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1993.
- MOSCOVI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACK, R. Human Territoriality: Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. RJ: Record, 2001.
- SAQUET, M A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SERPA, Ângelo. OLAM - Ciência & Tecnologia. Rio Claro/SP, Brasil Vol. 5 No 1 Pag. 220 Maio / 2005.
- TRAVASSOS, E. G. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre: Mediação, 2004.